

SESSÃO PLENÁRIA  
“A Educação que Temos”

Daríamos, então, início à reflexão que nos propomos fazer aqui neste Seminário. A ideia da Comissão de Educação quando pensou neste primeiro Plenário e quando o intitulou de “**A educação que temos**”, era que, ao falarmos do papel educativo das organizações de juventude, precisamos de saber que educação é que temos e que educação é que queremos para depois percebermos, nesse enquadramento, qual é o papel que cabe especificamente às organizações de juventude. Pretendemos também que seja este o painel que lance questões, dúvidas e que abra a discussão que depois nós vamos poder ter nos diferentes trabalhos de grupo. Para nos ajudar nesta reflexão temos três convidados: a Professora Doutora Teresa Ambrósio, Professora na Universidade Nova de Lisboa e que é, actualmente, Presidente do Conselho Nacional de Educação; o Professor Dr. Joaquim Coimbra, Professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e também Professor na Universidade Católica de Lisboa e a Vanessa Silva, Membro da Direcção.

#### **Vanessa Silva**

Caros amigos, quando nos colocamos perante um tema como a “Educação que Temos”, surgem-nos desde logo um conjunto de questões como: Quais as finalidades da educação? Quais os seus objectivos e funções? Será que o Sistema Educativo em Portugal está orientado para os cumprir? Afinal que Escola é a nossa? E os outros agentes educativos têm ou não um papel fundamental na educação?

Partindo destas e outras questões, procurei com isto encontrar algumas pistas que espero poderem ser um contributo para a discussão que hoje iniciamos.

A Educação assume uma importância estratégica na formação pessoal e social dos indivíduos e, simultaneamente, é um elemento fundamental para o desenvolvimento e progresso de qualquer Estado ou sociedade.

Citando Bento Jesus Caraça, *“a aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no Homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; Significa numa palavra a conquista da Liberdade. E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o Homem, como Homem, e não apenas uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem da fadiga da ladeira”*.

A Educação é, pois, um factor de emancipação a que todos, sem excepção, devem ter acesso, a tal “conquista da Liberdade” de que Bento Jesus Caraça nos falava.

✕ A Educação de que vos falo não é apenas a da Escola, da sala de aulas, é uma Educação que se quer integral, resultante da interacção dos vários agentes educativos. É claro a Escola, ou melhor dizendo o sistema educativo formal, assume aqui um papel insubstituível, quer do ponto de vista da garantia de uma rede pública e gratuita de ensino que possibilite a todos o acesso à Educação, quer como do ponto de vista do sucesso educativo.

No que respeita ao sucesso educativo podem novamente colocar-se-nos as questões: Aprender o quê? Aprender para quê?

Gostaria de partilhar convosco a qualificação utilizada pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI no seu Relatório para a UNESCO. Fala-nos este Relatório de quatro pilares da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver em Comum, Aprender a Ser.

Esta qualificação não será certamente absoluta, mas o seu conteúdo permite-nos traçar alguns objectivos da Educação, como a aquisição de capacidades de estudo e análise; o “aprender a aprender”; o desenvolvimento de competências, não só no que respeita à qualificação profissional, mas também na aquisição de saberes para enfrentar as mais diversas experiências sociais; a capacidade de participar e cooperar com os outros; de partilhar valores e projectos comuns e o desenvolvimento da personalidade, da capacidade de autonomia e do espírito crítico.

Assim, é importante olhar para a Educação como um todo, pensá-la como a necessidade de uma aprendizagem integrada dentro e fora da escola.

Vejamos, então, de forma parcial e pouco exaustiva, a Educação que temos hoje nas nossas escolas.

No que respeita à frequência do sistema de ensino é importante realçar que subsistem elevadas taxas de abandono e insucesso escolar. A escolaridade obrigatória está muito longe de atingir os 100% de escolarização e permanece a baixa frequência nos ensinos secundário e superior.

Para esta situação contribuíram certamente vários factores como o insuficiente investimento público nesta área, que obriga a que os estudantes se vejam sobrecarregados com todas as despesas escolares, como transportes, alimentação, material escolar, livros, habitação quando deslocados e, no ensino superior, com o pagamento das propinas.

É pois urgente um maior investimento e responsabilização do Estado, no que respeita à garantia da gratuidade da educação, do qual destacava a necessidade de revogação da Lei do Financiamento do Ensino Superior, que estabelece o pagamento de propinas pelos estudantes.

É também urgente que, do ponto de vista organizativo, se repense a escola. Tomemos como exemplo os métodos de avaliação utilizados no Ensino Secundário, as provas globais e os exames nacionais. Ao invés de se olhar a avaliação como um instrumento de trabalho do professor e da turma para detectar as dificuldades dos estudantes e ajudar a superá-los, olha-se para a avaliação como uma forma de selecção e seriação, que não tem em conta o objectivo do prosseguimento dos estudos, e que, na prática, vem impedir muitos estudantes de o fazerem.

No que respeita ao acesso ao sistema de ensino, penso que é visível para todos a necessidade da expansão da Rede Pública de Educação aos vários níveis e a racionalização do Parque Escolar, tendo também como objectivo o fim dos *numerus clausus*, enquanto restrição quantitativa global no acesso ao Ensino Superior.

No que respeita aos *currículos* e conteúdos programáticos é urgente a introdução de temáticas como a Educação Intercultural, a Educação para a Paz, a Educação Ambiental ou a Educação Sexual. Urge pois uma maior adequação dos conteúdos programáticos às necessidades de desenvolvimento pessoal e social.

Assim, defendemos um conceito de Educação que se assuma inserido no meio, interagindo com a comunidade, e foram dados já alguns passos interessantes neste sentido, como a Área Escola e a área curricular dos Ensinos Básico e Secundário.

Para esta aprendizagem global, que se quer ao longo da vida, em muito vem contribuindo o associativismo juvenil, que é por si um dos valores adquiridos da democracia.

O associativismo juvenil envolve no nosso país um número muito elevado de jovens, nas mais várias áreas de intervenção e nos vários níveis: local, regional e nacional. As associações juvenis intervêm muitas vezes directamente no sistema educativo formal, como é o caso das associações de estudantes, mas também fora dele, quer pela dinâmica de participação que promovem, quer por metodologias de trabalho partilhadas, quer por valores e projectos comuns que desenvolvem.

O movimento juvenil constitui-se como um importante parceiro social a considerar na definição das políticas de juventude, e simultaneamente, como um agente educativo que importa reconhecer e valorizar. A esta educação promovida também pelo associativismo juvenil, fora da Escola, temos chamado educação não formal.

Podem então surgir vários critérios para definir educação não formal, como por exemplo a metodologia educacional utilizada, atribuindo-se à educação não formal metodologias como o “aprender fazendo”, (como é o caso dos grupos de trabalho); ou critérios como as formas de organização utilizadas, tudo o que está fora da educação formal, a educação que não é organizada pela escola ou actividades educativas organizadas fora do sistema formal de educação; ou o critério dos

objectivos e propósitos da educação não formal que seriam a promoção do desenvolvimento pessoal e social.

A olho nu poderíamos desde logo considerar que todos estes critérios enfermam de uma cristalização sobre o que é a Escola, e podemos nos aperceber que todos estes critérios não fazem a distinção entre a educação formal e não formal. Afinal, cada vez mais a escola vai buscar à comunidade e também ao associativismo novas metodologias de trabalho e, quanto aos objectivos da educação, estes são comuns, estejamos nós a falar de educação formal ou não formal.

✕ A educação não formal não é concorrente da educação formal, mas sim complementar e ambas fazem parte de um conceito global de educação.

Assim, partimos do pressuposto que a educação não formal consiste em todos os processo organizados ou semi-organizados de educação que operam fora da estrutura da educação formal.

Claro que também este conceito que encontramos não é absoluto, é necessário problematizá-lo, aprofundá-lo e enriquecê-lo. O que hoje aqui nos trouxe foi a valorização e reconhecimento da chamada educação não formal e do papel educativo das organizações de juventude (considerando aqui também os grupos informais), e não uma mera formalização ou categorização da Educação Não Formal.

O compromisso que urge fazer é o de todos contribuirmos para a Educação, enquanto factor essencial da emancipação humana e do progresso social.

### **Professor Doutor Joaquim Coimbra**

Bom dia a todos. Antes de mais, gostava de agradecer este simpático convite que o Conselho Nacional de Juventude me dirigiu e espero que este pequeno contributo possa ser de alguma utilidade para o trabalho que vão realizar ao longo do dia.

Era capaz de passar por cima da proposta que me fizeram de dar aqui um estímulo inicial para discutir, justamente, qual pode ser o interesse e a utilidade para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens desta questão, que já foi posta pela Vanessa: da educação não formal. Ia, aliás, saltar por cima de uma primeira questão que é a da distinção entre a educação formal e não formal.

Na nossa sociedade existe uma instituição, um dispositivo social a que chamamos Escola (mesmo quando lhe chamamos outras coisas: Centros de Formação Profissional, Universidades). Uma instituição que tende a acolher indivíduos, cada vez mais durante mais tempo e ao longo de toda a vida. Aí já se começa a falar também de escola (ou de instituições educativas ou de formação) para grupos etários que não eram habituais, incluindo a terceira idade. De facto, nós vivemos numa sociedade que está (a Professora Teresa Ambrósio daqui a pouco discutirá isto com certeza e com outros fundamentos) talvez demasiado escolarizada. O que contém alguns riscos, porque, se é verdade que o investimento na Educação que se tem feito no nosso país é capaz de ter sido historicamente uma das causas que marcou, um dos factores que mais tem contribuído para a radical mudança que temos observado na nossa sociedade portuguesa nos últimos 25 anos, também é verdade que há riscos em escolarizar demasiado a sociedade. Este não é um problema especificamente português, é um problema pelo menos de todo o Ocidente. Porque quando a sociedade identifica uma questão, um problema com o qual não consegue lidar de uma forma eficaz, uma das estratégias que utiliza cada vez com mais frequência é transformar esse problema social num problema educativo.

O Mercado do 1º Emprego dos jovens não funciona, e como não funciona transforma-se este problema num problema educacional, prolonga-se a escolaridade dos jovens. De facto, a escola hoje preenche muitas funções sociais para além da valorização pessoal, individual e colectiva dos jovens, para além da sua preparação para o desempenho dos diferentes papéis ao longo da vida adulta, incluindo o papel do trabalhador, o profissional, o cidadão. Também é verdade que a escola, em todos os níveis de ensino, incluindo o universitário, funciona cada vez mais como uma espécie de parque de estacionamento. A família não tem espaço para os jovens. E não tem porque também houve aqui

transformações importantes nas últimas décadas na nossa sociedade; há novas formas de organização familiar que não eram típicas há 20 ou há 30 anos e começam a emergir cada vez com mais frequência famílias monoparentais, famílias de *recasamentos* e outros modos de organização familiar. A família cada vez tem menos disponibilidade para acompanhar, para apoiar o processo de desenvolvimento e de educação dos seus filhos, nomeadamente os dos adolescentes e dos jovens. A manutenção de determinados padrões de vida obriga que pai e mãe trabalhem fora de casa, a urbanização também obriga a que muitas vezes gastem não só o tempo no trabalho mas o tempo nos transportes.

A manutenção do emprego, devido a este desequilíbrio que existe no mercado de trabalho entre a oferta e a procura, obriga cada vez mais a que as pessoas não reivindiquem um horário de trabalho fixo e, portanto, a que permaneçam no local de trabalho enquanto há tarefas, enquanto há responsabilidades, fazendo com que esses horários tendam a prolongar-se. Isto resulta em menor disponibilidade física e temporal dos pais para acompanharem, para discutirem o desenvolvimento e a educação dos seus filhos, nomeadamente os jovens. É preciso também não esquecer que cada vez mais os professores que trabalham nas escolas vão encontrando um número maior de famílias disfuncionais. É uma questão que a nossa sociedade ainda não tematizou de forma devida nas suas implicações, nomeadamente no desenvolvimento dos jovens, isto é, há famílias que não só não têm capacidade e disponibilidade para apoiar o processo educativo dos seus filhos, mas como até o prejudicam de múltiplas formas.

Em qualquer caso, não funcionando a família, a comunidade poderia ser uma outra alternativa, mas não funcionando o mercado de trabalho, o único espaço social que resta aos jovens é cada vez mais, a escola. É isso que nos leva a dizer que nós estamos longe de atingir uma escolaridade básica de qualidade para todos os cidadãos portugueses e que estamos longe de atingir uma outra meta que me parece importante que é a de que nenhum jovem saia do sistema de educação e formação sem uma qualificação profissional inicial; portanto sem o mínimo de equipamento que permita pelo menos uma tentativa de integração no mundo do trabalho. Para além disto tudo, há de facto uma tendência para o prolongamento do processo de escolarização dos jovens, que já se nota

no ensino superior. Por isso, ele está massificado; por isso, ele cresceu explosivamente nos últimos anos; por isso, como acontece nos outros países (em França, de uma forma ainda mais dramática), há questões de qualidade que hoje em dia se têm que pôr em termos da oferta de formação que estas instituições de Ensino Secundário, de Ensino Superior e até de Formação Profissional fazem aos jovens. As mudanças foram demasiado rápidas, não estão digeridas e há condições que demoram tempo a ser criadas e é preciso merecê-las, nomeadamente a própria qualificação profissional dos docentes e dos formadores.

Sem falar ainda desta ideia de educação e formação ao longo da vida que me parece também uma ideia interessante para explorar deste ponto de vista da educação não formal, notamos que cada vez mais é a Escola o espaço social onde os jovens se encontram, funcionando também como dispositivo social para o bem e para o mal. Hoje em dia torna-se cada vez mais evidente para todos, para os cidadãos, para os pais, para os educadores, para os professores e para as pessoas que se dedicam a estudar estas questões, que a educação não se resolve pela via da competência científica ou técnico-metodológica, pois é antes demais uma questão cultural e uma questão política.

Isto é o que nós queremos da escola, porque como dizia um filósofo do século XVII, *“uma instituição que serve para tudo é como uma instituição que não serve para nada”*. Esquecendo aqui o exagero que há nesta frase, julgo que há um sentido útil para nós, porque, de facto, a escola também tem sido sobrecarregada com mandatos sociais.

Como dizia há pouco, cada vez que a sociedade tem um problema que não consegue resolver, integra-o na escola. O problema da toxicod dependência é um deles, o problema do desemprego juvenil ou o problema que ainda há pouco a Vanessa referiu, e muito bem, da necessidade da educação sexual, ou a educação para os afectos ou para as relações entre as pessoas, a educação familiar, a educação cívica, a prevenção dos acidentes de trabalho e os acidentes rodoviários, tudo isto são tarefas que têm sido incumbidas à escola e que não faziam parte da sua encomenda tradicional. A escola, inicialmente, servia para instruir, para transmitir aquele saber básico e do domínio de certos materiais e instrumentos simbólicos, nomeadamente da linguagem e do cálculo,

permitted aquele conjunto de competências básicas para viver em sociedade.

Hoje a escola tem um mandato social demasiado alargado e demasiado pesado e é claro que isto está a criar problemas dentro da própria escola. Os próprios professores não se sentem preparados para desempenhar esta multidimensionalidade do seu papel que o aumento do mandato social comporta, porque têm muitas vezes de fazer de amigo, de pai, de educador, de guia, de orientador, de conselheiro, de psicólogo... Por outro lado, a escola centra-se, e quanto a mim mal, no sucesso e é esta ideia de sucesso que percorre toda a nossa sociedade, o sucesso pessoal, profissional, escolar, académico, social. Esta ideia é uma ideia pouco útil e é capaz, também, de estar a ter peso de mais na nossa sociedade. É capaz de ser tão aniquilador, este peso, a ideia do sucesso hoje em dia na nossa sociedade, como a experiência do fracasso. Não sei qual deles é pior, o fracasso claro que não é bom, mas também não o é a pressão que hoje em dia se exerce sobre os jovens. Basta ver como é vivido dramaticamente por eles e pelas próprias famílias a frequência, por exemplo, do ensino secundário, que também está cada vez mais massificado, e como a universidade exerce esse efeito de atracção, apesar de haver desemprego de licenciados e que tenderá a aumentar infelizmente no futuro. Mas, de facto, a escola tem outra função social que é decisiva na construção de uma hierarquia social de poder e de prestígio e são credenciais académicas, escolares, é o nível de qualificação que cada um atinge, que determinam em grande parte a posição que ocupa na sociedade, numa sociedade que apesar de tudo é mais estratificada do que aquilo que gostaríamos que fosse.

Esta preocupação que a escola tem com o sucesso, que é uma preocupação de quem financia a educação, uma preocupação dos decisores políticos, dos professores, dos pais, das famílias e dos próprios jovens muitas vezes, é capaz de minar um pouco a função educativa em sentido mais amplo que a escola pode e deve ter. E é aqui que me parece que a educação não formal, aquilo que poderíamos chamar aquela educação que ocorre fora da escola ou que ocorre apesar da escola e, às vezes, até contra a escola, pode ter interesse. Porque quando se fala da existência de um *curriculum* enunciado e explícito que a escola tem para os seus alunos, de um *curriculum* implementado que é aquilo que depois

os professores conseguem fazer quando estão a trabalhar com os seus alunos, dever-se-á principalmente ter em conta o *curriculum* aprendido, aquilo que de facto foi adquirido por cada aluno, por cada adolescente, por cada jovem.

Para além desta definição há tudo daquilo que a escola não intencionaliza, mas que se passa lá dentro, aquilo que se passa nestas experiências quotidianas que acontecem e que muitas vezes também são ignoradas, quando não desprezadas, pela própria escola.

O Senhor Vereador que aqui esteve há pouco referiu, por exemplo, a importância que hoje em dia tem a concorrência que a comunicação social, nomeadamente a televisão, exerce sobre os jovens em termos de aprendizagem, de educação, de socialização e, claro, às vezes, de *deseducação*. As novas tecnologias da informação e da comunicação cada vez são mais acessíveis e ainda bem, porque aí também há o problema da democratização do acesso; se esta não ocorrer há o risco de criar aqui mais vias e mais dispositivos de exclusão social de jovens por outros processos.

Mas a escola nem sempre se preocupa, não intencionalizando as aprendizagens e, sobretudo, a relação que os jovens vão estabelecendo com estes novos contextos de aprendizagem e de socialização. É justamente aqui que me parece que aquilo que os próprios jovens podem fazer autonomamente através do movimento associativo, de associações juvenis, de associações de estudantes e de outras associações, criativas, culturais, estéticas, ambientais, etc., pode ter um papel decisivo na formação e no desenvolvimento dos jovens, quer tomados em termos individuais, quer tomados em termos colectivos.

Outra ideia que hoje em dia é dominante na nossa sociedade é o individualismo. De facto há lugar, há necessidade e é desejável que os jovens ao longo do seu processo de desenvolvimento vão também construindo um projecto de vida pessoal que seja socialmente viável e que tenha várias dimensões. Não há só a dimensão académica, escolar e profissional, geralmente pensa-se mais nisto, mas há outras dimensões, há dimensões familiares, interpessoais, relacionais, cívicas, culturais, estéticas, há muitas ideológicas políticas, etc. É este projecto de vida que

o próprio processo de desenvolvimento vai configurando ao longo do tempo.

De facto, temos que reconhecer tudo o que a Escola tem feito, pois é uma das instâncias que provavelmente mais tem contribuído para a mudança social. Mas não tem intencionalizado certas dimensões que nos parecem decisivas acerca do desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

As associações de estudantes e as associações juvenis parecem ser o espaço de eleição, não apenas para o desenvolvimento e para a aquisição de competências, de aprendizagens pessoais em todas as suas dimensões, mas também para o desenvolvimento de projectos colectivos, de projectos que envolvem não apenas um indivíduo mas um grupo deles que se associam. Isto parece-me claramente importante numa sociedade como esta. Como diz um sociólogo da década de 90, um sociólogo do fim de século, uma sociedade de risco é sobretudo de risco se nós não preservarmos esta capacidade, que é hoje também considerada um dos pilares da educação formal, de conviver com os outros e com a diferença dos outros, de conseguir aprender a partir dessa diferença, de conseguir construir e concretizar projectos, quer pessoais, quer colectivos, com os outros.

É aqui que me parece que esta dita educação não formal pode ter um papel decisivo, porque há dimensões com que a escola não se tem preocupado tanto. Hoje fala-se muito na formação pessoal e social, no desenvolvimento pessoal e social, que é de facto também um objectivo educativo explícito, muitas vezes acontece de um modo natural e mais espontâneo nos contextos sociais que são os do lazer dos jovens e nomeadamente os das associações juvenis em geral.

A escola foi surgindo na medida em que se foi sistematizando o saber e que esse saber se foi afirmando, geralmente numa lógica universitária que não é, se calhar, a lógica mais útil para a formação e para o desenvolvimento dos jovens. Ultimamente, o que ela tem feito é cumprir um papel de socialização, isto é, reconstruir de uma forma racional e sistemática aquilo que durante séculos foi um processo espontâneo de educação e socialização das pessoas. Nem é preciso irmos muito longe, basta reportarmos ao século XIX ou principio deste século, em

sociedades mais estáveis, com estruturas mais rígidas em que tudo era mais previsível, onde não havia praticamente mobilidade e o destino dos indivíduos estava traçado, praticamente, a partir do seu grupo familiar ou do seu grupo social ou económico ou cultural de origem, um problema de projecto pessoal de vida não se punha. O filho de um agricultor seria necessariamente agricultor, o de um artífice, artífice e por aí fora. Esta sociedade, de maior mobilidade, mais democrática, é também mais imprevisível, mais incerta, mais instável, com projectos sociais menos fortes para os indivíduos. De facto, a sociedade do Século XIX, por exemplo, era uma sociedade que tinha fortes projectos para os indivíduos, tudo praticamente determinado desde o seu nascimento e era muito difícil contrariar este determinismo social.

A sociedade de hoje é mais aberta, mas esta multiplicidade de caminhos é visível na diversificação de fileiras de vias de formação no próprio sistema de educação formal, na modalidade quer regular, quer não regular de ensino. Esta diversificação torna o problema mais complexo para os jovens. O que é que eu vou escolher? O que é que eu vou fazer? Porque é que eu vou escolher esta via ou este tipo de curso e não outro? E porque é que vou estar dentro do ensino regular ou fora? E porque é que vou escolher esta área de formação ou outra qualquer? Estes são exemplos de como a questão se complexifica. Mas é também esta questão mais complexa que aumenta a margem de manobra das pessoas, dos jovens neste caso, e que lhes dá maior capacidade de autonomia e de emancipação na condução e na gestão da sua vida e do seu destino.

Portanto, aquilo que se fazia por um processo implícito, espontâneo e natural, através da socialização da família, da comunidade e de outras instâncias, destes dispositivos de socialização nas cidades antigas, hoje em dia não se faz. E como não se faz, a escola está a tentar reconstruir formas de educar as pessoas para os valores, de promover a educação ética moral, a educação cívica, a educação sexual, a educação familiar, porque noutras sociedades, noutras épocas, estes padrões estavam definidos de uma forma rígida e eram aprendidos sempre da mesma forma por todos. Esta é também uma das dificuldades com que se confrontam os educadores, os professores, a escola e a própria família.

Aquilo que serviu para nos confrontarmos com problemas, com tarefas do desenvolvimento pessoal e com dificuldades de construção de um projecto de vida na minha geração, não serve como solução, como meio de confrontar adequadamente com tarefas, com dificuldades ou com problemas da existência os jovens de hoje. Porque, de facto, vivemos num contexto social que é radicalmente diferente. No meu tempo, a norma era fazer um curso, esse curso dava acesso normalmente a uma profissão e essa profissão a um emprego que previa uma carreira mais estável para toda a vida. A questão hoje em dia não pode ser posta desta forma, de maneira nenhuma.

Isto exige mais autonomia dos jovens, se calhar também lhes concede mais liberdade, há mais encruzilhadas ao longo da juventude e ao longo de toda a vida adulta, mais pontos de escolha e mais pontos de decisão. Há mais oportunidades hoje em dia para os jovens do que havia em gerações anteriores, mas elas são também mais exigentes em relação aos próprios jovens e à sua autonomia para gerirem este processo da existência, para irem construindo, gerindo, concretizando e questionando o seu próprio projecto de vida, quer em termos individuais, quer em termos sociais.

Uma outra maneira de considerar que as associações são contextos privilegiados da educação e do desenvolvimento dos jovens é pensar que a escola tem de facto um valor insubstituível na instrução, na socialização, na formação e na educação, que há coisas que são aprendidas ali melhor do que em qualquer outro espaço social, mas é preciso não esquecer que a escola também funciona para os jovens como mais uma função social. Funciona como um gueto: primeiro agrupa jovens que tendencialmente estão no mesmo grupo etário, depois o processo social implícito, que não está codificado na lei, nem é escolha de ninguém, com a escola a seleccionar e a eliminar, tende também para uma homogeneidade sócio-cultural e sócio-económica. Basta comparar, por exemplo, a proveniência sócio-económica dos jovens que frequentam as universidades públicas do nosso país e os que frequentam as escolas privadas do ensino superior. Há aqui um projecto social implícito que produz este resultado.

A escola é uma instituição monoprofissional, o que também é capaz de não ser muito positivo - andar tanto tempo, ocupar tanto espaço da nossa vida numa instituição onde o único modelo profissional é o de professor, tendo uma utilidade social muito questionável. A escola não oferece uma diversidade de modelos a que os jovens possam ser expostos, que diversifiquem também as experiências, as relações, os encontros, as aprendizagens e também as formas de identificação com esses modelos adultos. Todos os estudos e todos os inquéritos que se façam, mostram invariavelmente isto, que a profissão que melhor conhecem os jovens que frequentam o ensino básico e secundário é a de professor e muitas vezes praticamente só são expostos a esta.

Claro que os professores, com todas as vantagens que têm (eu próprio me incluo neste grupo porque sempre fui professor do Ensino Básico, foi no antigo ciclo preparatório do ensino secundário que comecei a trabalhar com 19 anos e continuo a ser professor), têm também características culturais que são típicas da sua profissão e que nem sempre vão em favor do desenvolvimento e da formação dos alunos. Dito de outra forma, a escola cria oportunidades de aprendizagem, de desenvolvimento, de exploração do mundo da realidade para os jovens, e inviabiliza muitas outras ao funcionar como um gueto de muitas maneiras. Como eu tenho estado a tentar sublinhar, funciona como um gueto porque, apesar de tudo, ainda tem paredes muito altas, mas de facto estas paredes hoje em dia também tendem a serem desmoronadas, tendem a ser ultrapassadas. E é aqui que a educação pode deslizar para a Educação formal ou para a não formal.

A escola está cada vez mais ciente de que só pode cumprir essa tarefa educativa em sentido amplo se a partilha for feita com outros agentes e recursos da comunidade e da sociedade. Por aí, pode ser que esta educação mais formal, mais escolarizada, mais centrada no ensino de aprendizagem académica (às vezes até mais só no ensino e menos na aprendizagem o que ainda é pior), que valoriza tanto o sucesso e elimina tantos jovens, talvez essa escola possa ter alguma possibilidade de desenvolvimento e abrir-se cada vez mais ao exterior, se partilhar essa tarefa com outros agentes sociais e comunitários.

Outro problema da escola e decisivo quanto a este funcionamento social do tipo gueto, é que na escola os alunos estão num processo educativo que decorre pelo desempenho de um único papel, que é o papel de aluno. Ora, de facto, isto não chega para preparar para a multiplicidade de papéis e para a sua coordenação na vida adulta. Na vida adulta, invariavelmente, eles vão ter que assumir papéis familiares, sociais, comunitários, cívicos, o papel de consumidor, o papel de fruidor de cultura e por aí fora. Há uma multiplicidade de papéis para os quais a escola tem dificuldade em preparar, porque reduz os seus alunos a este único papel, de estudante, de aprendiz. Muitas das vezes esquece-se que por detrás desse aluno está uma pessoa, o que ainda é mais complicado. A escola é capaz de merecer um pouco esta crítica da cultura profissional dos professores, hoje em dia. Portanto, também mais uma vez se inclui no grupo o papel que as Ciências da Educação podem ter na melhoria da educação e sobretudo na melhoria das condições da formação inicial, contínua, pós-graduada, especializada dos professores. É que, provavelmente, muitos professores hoje em dia sabem bastante acerca de políticas educativas, sociologia da educação, psicologia da educação e de outras coisas do género, mas esquecem-se muitas vezes que aquilo que é decisivo na eficácia da sua intervenção educativa como professores é a qualidade da relação que estabelecem com aquelas pessoas que são os seus alunos.

Esta multiplicidade de papéis que a escola não concede ao aluno, porque o reduz a um único papel e às vezes de uma forma também demasiado rígida, pode ser ensaiada e experimentada noutros contextos de vida, em contextos de lazer, informais ou em contextos mais formais que podem também ser as associações dos próprios jovens, porque aí eles são levados a assumir responsabilidades sobre projectos, problemas e tarefas reais. Não tenham qualquer dúvida que o desenvolvimento pessoal, social, cultural e cívico dos jovens depende da matéria prima da vida que são as experiências, a qualidade das experiências de vida a que somos expostos ao longo da nossa história. A escola consegue criar algumas (e não consegue criar todas), mas é importante reconhecer, promover e apoiar outros contextos sociais da existência, da interacção, do relacionamento da realização dos jovens que podem cumprir esta função quase compensatória do desempenho de outros papéis que não são possíveis dentro da escola.

## Professora Doutora Teresa Ambrósio

### Educação – um futuro a construir

Já foram apresentadas pelo orador que me antecedeu as principais questões para a discussão. Gostava, no entanto, também de agradecer o convite que me foi feito, e dizer-vos que esta vossa iniciativa é extremamente oportuna. Mais oportuna talvez, do que se possa à primeira vista alcançar, e que me agrada muito ver que dois dos conselheiros do Conselho Nacional de Educação, o Jorge Barreto Xavier e a Ana Rita Varela, estão também na organização deste acontecimento.

Tive ocasião de ler o documento base, um documento de trabalho muito bom que tem a explicitação dos vossos objectivos. Perante tudo o que já foi dito apenas algumas coisas mais.

#### 1. A Educação que não temos

Primeiro, vou falar da educação que não temos. Dado que já falámos da educação que temos, gostaria de acentuar aquilo que não temos, a alma da Educação de que precisamos e o futuro que temos que construir. Projectava um pouco mais para o futuro que propriamente para a situação actual, se bem que é desta situação que temos que sair. Isto é, gostaria de vos falar da educação que não temos, o futuro que temos de construir partindo do contexto actual. É neste contexto que vou tentar explicar o que se chama hoje “o novo paradigma da educação”, no qual entra a educação não formal. É um contexto que nos faz ultrapassar os limites da nossas fronteiras e projectarmo-nos na Europa e em todo o mundo. Reconheço que muitos jovens hoje já não se situam muito, ou situam-se pouco, nas fronteiras geográficas e culturais actuais do seu país de origem. Situam-se nas fronteiras quando evidentemente vão à escola, aos clubes e à noite tomar um copo, mas quando chegam a casa, normalmente abrem a CNN e outras redes de informação internacionais que os projectam nitidamente além fronteiras e os questionam sobre o futuro.

Depois, gostaria de falar também do chamado “novo contrato social”, onde aparece a necessidade de darmos força e apoio ao associativismo e as organizações da sociedade civil.

Todos sabemos que nos nossos dias ocorrem grandes transformações na organização económica e monetária, de tal maneira que quando treme a bolsa no Japão acontece qualquer coisa em Portugal, no México, ou algures. E quando existe um problema de ordem ambiental, nomeadamente numa zona industrial em qualquer parte do mundo, todos trememos e nos interrogamos relativamente à capacidade de sobrevivência da Humanidade. Na sociedade de hoje, está tudo a transformar-se numa escala mundial. É o que se chama globalização. Todos sabemos que esta interacção entre países e regiões e a mudança rápida das economias, se deve fundamentalmente a duas coisas: às novas tecnologias da informação e da comunicação, que resultam de uma espantosa evolução do conhecimento científico. Todos nós vivemos na era da globalização e isso deu origem, quer queiramos quer não, a uma mudança muito rápida na organização das sociedades.

Como disse o Professor Joaquim Coimbra, “as sociedades de hoje não são nada do que eram no meu tempo”. Quando eu andava na faculdade estávamos nos anos 60, passaram depois os anos 70, 80, 90 e nos últimos anos, nos anos 90, as mudanças são tão grandes que como se diz passámos rapidamente a época pós-industrial, para a pós-modernização. Basta, por exemplo, olhar como estão organizadas as grandes empresas produtivas para perceber muito sensivelmente as grandes transformações. Recordam-se do que eram? Ainda se recordam provavelmente dos filmes do Charlie Chaplin, toda aquela organização industrial em que cada um fazia o mesmo trabalho durante muito tempo e fazia-o muito bem, porque só fazia aquilo. E estava tudo em cadeia, enfim, uma organização taylorística da produção. Agora, vejam como é que se produzem os automóveis, o Volvo, por exemplo: há um modelo de programação, há o controlo automático, há dois ou três engenheiros de bata branca e como dizia alguém, há um cão para morder no engenheiro quando ele tem tendência a ir mudar o programa informático. Há uma mudança extraordinária nesta modernização, nesta pós-modernização e sabem que

isso, como disse o Professor Joaquim Coimbra, trouxe grandes alterações na estrutura social. As famílias passaram a ser mais pequenas, as pessoas passaram a ter ritmos de trabalho muito diferentes, nas organizações sociais deixou de haver hierarquias, hierarquias da Igreja, hierarquia Militar, hierarquia Escolar e há uma mudança enorme de atitudes, de comportamentos, de valores. Enfim, o que é que é hoje a vida dos jovens comparada com os anos 50 os anos 60 em que não havia sequer televisão? A vida está completamente alterada.

Esta sociedade chamada de pós-moderna, da pós-industrialização, coexiste com outras sociedades ainda muito tradicionais e rurais, tal como temos possibilidade de ver em outras zonas do mundo. Sabemos que esta modernização não é o que acontece em Timor, não é o que acontece em zonas de África. Há um arrastamento destas sociedades primitivas, com fortes custos sociais, económicos e morais, por sociedades que conduzem hoje o mundo, como é o Japão, os Estados Unidos, as sociedades do Norte da Europa e como é, nomeadamente, este bloco Europeu que tende a organizar-se. Daí que seja importantíssimo hoje estar presente nas organizações internacionais onde os grandes poderes económicos, de certa maneira, controlam todos os outros. É importante dialogar com os Estados Unidos, o Japão, é importante entrar em negociações, precisamente, porque hoje toda a vida tem que se pensar à escala global.

Estamos, portanto, muito longe daquela organização, como disse o Professor Coimbra, muito bem estruturada, com estruturas sociais em que cada sistema sabia muito bem que tipo de funções é que tinha que cumprir e cada um de nós sabia quase o que é que lhe esperava quando crescesse, quando fosse adulto; em que havia regras muito esclarecidas, em que havia códigos de relação também aceites, em que havia contrato social implícito na organização dos Estados e, portanto, onde havia um sistema escolar que mantinha a transmissão de valores, de comportamentos, de conhecimentos, socializando as pessoas e formando-as para uma vida que trazia uma certa certeza e uma certa segurança.

Hoje tudo isso não é adequado. Temos um sistema escolar, temos políticas educativas voltadas para um tempo da modernização, para um tempo em que tudo era segurança e certeza, para um tempo em que havia

um conjunto de valores e atitudes que, de certa maneira, davam a valorização e davam sentido aos projectos pessoais e colectivos de cada um. O que nós vivemos hoje é aquilo a que se costuma chamar “a sociedade do risco” e a “sociedade da incerteza”, precisamente porque o conhecimento científico-tecnológico, a sua difusão, a sua capacidade de integração nas mudanças económicas e sociais é tão rápido, a um ritmo que não é possível sequer conseguir controlar. Hoje vivemos, como dizem os grandes pensadores e sociólogos, numa sociedade onde, fundamentalmente, temos que perceber onde é que está o risco, quais são os riscos que nós queremos assumir e estar perfeitamente atento ao que vai suceder para podermos mudar em seguida a nossa conduta.

Repare-se que ainda hoje se pensa e decide em Política Educativa do modo, caricato também, como vos vou mostrar através de exemplos de problema político e resposta política diários:

É preciso criar mais uma escola para formar, não sei quantos meninos, que depois passam para o ensino superior e têm o diploma que é necessário ao desenvolvimento económico previsto para os próximos cinco, seis, sete, oito ou nove anos. É preciso ir mais alunos para Engenharia e provavelmente, menos para História, mais para Gestão, menos para Têxteis. No Ensino Secundário era bom que fossem todos para a profissionalização e, sobretudo que quisessem ser mecânicos, etc.

Há como que uma crença na possibilidade de traduzir uma política educativa, planeando, fazendo previsões, calculando os custos, definindo a cada momento, o tipo de currículo, saberes que devem ser ensinados, professores com perfil muito bem definido, etc. Persiste uma visão muito mecanicista da organização da Educação que se traduz em políticas educativas de gestão do sistema, nesta forma de organizar a sociedade segundo aquilo a que chamamos o iluminismo tecnológico, isto é, uma forma bastante racional da decisão, de intervenção planeada, de programação. Mas temos de perguntar: Para que é que isso serve hoje?

Vejam, por exemplo, o que é a programação das cidades, o que é o planeamento urbano. Alguma vez os planos urbanos foram cumpridos? Mas são indicativos para a resolução de problemas das cidades quando têm o apoio da sociedade civil, das suas associações que reflectem sobre

eles e procuram novas soluções. Isto é, também na Educação só é possível nós compreendermos e sermos capazes de nos movimentar numa sociedade de risco e numa sociedade de incerteza, como é a sociedade contemporânea, se aprendermos a viver no risco e na incerteza, através de uma atitude que é a de estar continuamente a reflectir sobre a actualidade, a tentar perceber o que é que podemos fazer, tendo perspectivas de futuro, mas sabendo a cada momento analisar a situação e descobrir soluções para os problemas.

Ora o que actualmente se passa na educação é o desafio para uma mudança muito completa, a que nós chamamos uma mudança de paradigma. Porquê uma mudança de paradigma? Precisamente porque os quadros através dos quais é hábito analisar a boa ou má política educativa, ou boa ou má educação que temos, são apoiados em comparações de percentagens e estatísticas de acesso, de insucesso e depois as medidas políticas fundamentam planos nacionais, normativos, jurídicos, etc. Como aliás conhecem, nomeadamente através dos quadros de comparação de políticas educativas da OCDE, que traduzem uma forma de olharmos para a realidade educativa, mas que é limitada. Por exemplo, dizer que as universidades têm orçamentos baseados em *ratios* aluno/professor diz pouco acerca da organização de cursos e da qualidade do ensino; dizer que há escolas suficientes para as pessoas todas que deviam estar no secundário, e não se interrogar sobre o que se ensina no secundário; dizer que temos maus professores, mas não falar que os professores não tiveram suficiente possibilidade de formação contínua, que é na realidade a formação mais eficaz; dizer que as crianças mais pequenas são ocupadas o tempo suficiente nas escolas para depois voltarem para a família que, por vezes, não existe ou cujos pais não estão lá, etc., etc. Todos esses quadros estatísticos, de indicadores, são necessários, mas não são suficientes. São úteis e importantes, mas não são suficientes para ponderarmos que tipo de educação nós temos face ao futuro, porque traduzem apenas um olhar sobre a realidade.

Há hoje uma nova sociedade que emerge, uma sociedade onde, como sabemos, não vai haver emprego para toda a gente ou pelo menos não haverá o mesmo tipo de emprego para toda a gente; a produção não vai ser sustentada pelo tipo de empresas da sociedade industrial; será uma nova sociedade que não pode ser regulada só pelas leis, por decretos, por

uma forma de relação com o Estado resultante de representatividade política delegada pelo voto, que não vai ser regulada por sistemas de justiça, precários em todos os sítios. É o desafio de uma sociedade reconstruída, que tem de ser repensada, reanalisada por cada um de nós no dia-a-dia. Neste contexto, as finalidades da Educação têm também de ser redefinidas. Tem sentido então perguntar: afinal, o que é que se aprende? Será que aprender Matemática, mais Física, mais Ciências, mais História e somando tudo e fazendo exames ficamos com aquele conhecimento necessário para nos integrarmos na vida activa e para compreender os problemas a que temos que dar resposta? Sabemos que não, sabemos que hoje o conhecimento científico já ultrapassa os quadros epistemológicos de cada disciplina; questionamos, por exemplo, o tipo de raciocínio, de pensamento muito racional e construído que é aquele que se desenvolve com as lógicas matemáticas e a lógica dedutiva e que tanto abunda nas metodologias de ensino. Sabemos que a escola está longe de nos poder dar as capacidades cognitivas que hoje os problemas complexos obrigam a mobilizar e que tornam limitado e não adequado apenas o pensamento racional, dedutivo, causal, linear, que é a base do saber pensar que se desenvolve nas escolas primárias, no secundário e até no Ensino Superior, que é extremamente escolarizante. Não é o pensamento complexo, sistémico, problemático com que nós temos que analisar os problemas concretos hoje. O sistema escolar, tal como nós conhecemos, foi construído, aperfeiçoado, em função de uma organização social baseada num Estado-Nação, orientado para as sociedades industriais organizadas de uma forma taylorística e fordista, sociedades fechadas, ou pelo menos e de certa maneira protegidas por culturas e valores bem definidos.

É um sistema que evidentemente não está adaptado para o futuro. E nos últimos anos, tal como foi aqui referido esta situação tem sido alertado pelo DELORS – Educação para o século XXI e também pelos relatórios da comunidade europeia, nomeadamente os relativos à sociedade da informação, à sociedade do conhecimento, à sociedade cognitiva, à educação ao longo da vida. Há um conjunto de documentos que nos últimos cinco, sete anos, têm questionado o que é a educação, o que é a política educativa no futuro, sem falar em grandes reformas. O que é necessário é manter as mudanças reflectidamente orientadas para grandes objectivos de futuro. Como dizia a Vanessa, o que é preciso é mudar, o

que é preciso é pensar quais são os objectivos hoje da educação. Para onde é que vamos, afinal? O que é que eu estou a aprender, aprendendo? O que é isso de aprender e de ensinar na sociedade da informação mantendo contudo, como disse o Professor Coimbra e muito bem, a escola que temos? Porque esta escola que temos, de certa maneira, é ainda o lugar construído que herdámos, onde cada um de nós, sobretudo os mais jovens, tem a possibilidade de uma socialização à escala local, à escala da cidade, à escala da família, à escala do grupo social onde vive. Em dados períodos da nossa idade é aquela dimensão do mundo que nós temos. Mas esta dimensão do mundo que temos é muito reduzida. O meu neto de sete anos já sabe onde é que fica Timor, a Ásia e já se interessa pelo que lá se passa, vive outro tipo de problemas. Cada um vive primeiro a escala da socialização da família, depois do grupo de amigos, que é fundamental. Procura-se a identidade na adolescência, e a escola é o sítio onde se formam as capacidades cognitivas e as capacidades de autonomia e as cívicas e morais. A escola tem que se manter, mas transformando-se.

Mas a educação escolar não é a educação que nós necessitamos, a educação, hoje, não é uma questão apenas de escola. A educação, hoje, é o processo de construção de cada um de nós ao longo da vida.

## 2. A Educação ao longo da vida

Creio que precisamos de aprofundar um pouco mais este paradigma chamado “o da educação ao longo da vida” para podermos analisar a educação num contexto de futuro e de mudança. Porque o paradigma da educação ao longo da vida é hoje a grande linha orientadora das políticas educativas, sobretudo na escala ocidental e na escala dos países desenvolvidos. Primeiro pensámos a educação exclusivamente em termos de formação das pessoas para o mundo do trabalho, o que está longe de ser o único objectivo da educação. Como sabem, hoje, dizemos muito “educação”, “formação”. Antigamente, dizia-se: “primeiro educam-se as pessoas, depois, formam-se profissionalmente”. Hoje, diz-se “educam-se e formam-se profissionalmente”. Mas a formação não é apenas a formação profissional. Hoje diz-se que formação é mais que educação e

como não se sabe muito bem onde é que devemos ficar, diz-se “educação/ formação”, a educação ao longo da vida, a *lifelong learning*, como dizem os ingleses.

É difícil o processo educação/formação preparar para o mundo do trabalho. O mundo do trabalho evolui, de tal maneira que tudo quanto possamos aprender não é imediatamente aplicável, não há relação entre diplomas e emprego. Todos nós sabemos que o que é necessário é que se saia das escolas com capacidades e competências de se inserir profissionalmente e aprender ao longo da vida, ao longo dos vários percursos profissionais. Do que hoje se fala é de percurso escolar, percurso profissional. Há um primeiro percurso, escolar, onde se obtêm conhecimentos, capacidades e competência para o mundo do trabalho. O mundo do trabalho tem, por sua vez, que fornecer aprendizagem para casos concretos. Há, portanto, percursos escolares e percursos profissionais e a maioria de nós, enquanto “recurso humano”, tem que voltar à escola para aprender conhecimentos fundamentais que são necessários no futuro. Por isso, a necessidade de formação contínua. Os percursos profissionais, os percursos escolares são extremamente importantes e todos nós sabemos hoje que temos que pensar na nossa carreira enquanto percurso, como uma série sucessiva de aprendizagens ao longo da vida - aprendizagens na escola, extra-escolar, no lugar do trabalho, auto-aprendizagem, etc. Enfim, há muitas formas de aprender ao longo da vida.

Mas cada um de nós não é apenas recurso para o mundo do trabalho. Somos também cidadãos chamados a pensar os problemas a que temos que dar resposta: (problemas de ambiente, biogenéticos, de violência, de coesão social, problemas de valores e de defesa de culturas) e que nos obrigam àquilo que se chama uma “cidadania activa”. O que vale hoje o voto e as eleições e a delegação da nossa cidadania? Repare-se como a abstenção sobe em todos os países, como se procura contrabalançar o voto através do voto electrónico e repare-se como hoje se diz “os problemas já não são resolúveis com o Estado e a organização do Estado que temos, é preciso procurar uma nova organização do Estado”. Hoje um dos grandes problemas é a criação de uma nova organização do Estado que controle, oriente e que seja responsável na defesa dos direitos e valores sociais de justiça e solidariedade. Os problemas resolvem-se

numa relação entre Estado, comunidade e cidadão. É um novo contrato social que obriga a uma cidadania activa que está em jogo na Política. Hoje todos nós somos importantes para resolver os problemas de ambiente, os problemas locais, os problemas da escola. Por isso é que se fala tanto em autonomia escolar, regionalização e descentralização. Esta questão da cidadania é uma das respostas, é um dos objectivos da educação e da formação ao longo da vida. Ser cidadão não é saber apenas a Constituição e as regras políticas. O cidadão é aquele que compreende os problemas e tem capacidade de afirmação da sua vontade e responsabilidade política.

### 3. Formar cidadãos activos

Cidadania activa está ligada à cultura, à afirmação de minorias, à coesão social, à valorização de cada uma das pessoas e à sua afirmação. Está ligada com aquilo que se disse acerca de desenvolvimento pessoal e social. Ora isso onde é que se forma? É numa escola em que se ensina apenas? Que avalia a resposta à educação através de exames, que põe o acesso ao ensino superior? O acesso a maiores níveis de ensino é cada vez mais alargado, é uma expectativa de todos, e a todos é reconhecido como direito. E, portanto, teremos de tornar possível que todos tenham oportunidade de acordo com as novas estruturas de financiamentos e recursos dadas as restrições que existem.

É precisamente isso que esta educação tem que oferecer: possibilitar às pessoas aprender ao longo da vida. Mas aprender adequadamente para o século XXI. Os problemas que se nos põem, não são de resolução disciplinar. Eu não resolvo um problema de medicina apenas com médicos. Hoje, resolvo problemas de medicina, por exemplo, com conhecimento electrónicos. É preciso, por exemplo, ter conhecimento das mais avançadas possibilidades de análise terapêutica através da electrónica para poder resolver problemas de medicina. Hoje sabemos que tudo está interligado, a nutrição, a psicologia. Enfim, o problema de saúde não é bio-médico, é um problema global, sistémico, da pessoa viva. Sabemos tudo isso, como sabemos também que o conhecimento está ligado aos afectos. Temos que aprender a aprender de uma forma

que nos dê a possibilidade de nos inserirmos em equipas multidisciplinares, equipas de várias especialidades. O problema da educação é não aprendemos muitas coisas, não aprendermos muitos conhecimentos e muitos saberes, mas aprendermos a aprender e a raciocinar. Hoje diz-se que há muitas competências e muitos saberes que se aprendem em situações de trabalho, pela experiência. Hoje fala-se muito na Educação Não Formal, isto é, fora da escola e na certificação daqueles saberes e daquelas aprendizagens que se aprendem no terreno, que se aprendem fazendo, se aprendem vendo fazer e participando. Saberes, competências, conhecimentos, certificação, eis a valorização duma fórmula que se diz educação não formal.

### 4. A Educação “in vivo” e “in loco”

O termo educação não formal vem dos anos 70, dos anos 80 e que hoje de certa maneira insere-se nesta visão do *lifelong learning*. Vejamos algumas implicações deste paradigma do *LifeLong Learning*, ao nível europeu e ao nível dos jovens a estudar. Sabemos hoje a quantidade de programas, directrizes e orientações que ao nível europeu se vêm executando e que afectam todos os países e as políticas educativas (por exemplo, aquilo que se chama o passaporte de formação). Reconhece-se, hoje, um valor enorme à compreensão cultural que os jovens desenvolvem quando têm nos seus tempos de formação períodos de passagem por outros países ou por outras escolas. O Professor Coimbra trabalhou também muitíssimo na “mobilidade educativa”. Hoje é importante deixar que os alunos do Ensino Secundário e do Ensino Superior façam um mês, seis meses, um ano, dois anos noutras escolas, precisamente porque contactam com outras culturas, abrem horizontes e tornam-se capazes de um pensamento mais alargado. Estes programas de mobilidade obrigam a programas de certificação, é evidente. Sabemos que hoje valorizam e se certificam, por exemplo, experiências de associativismo, experiências de partilha em movimentos de jovens que os estudantes podem ter noutras países e que isso tem créditos, tal como os créditos das disciplinas. Há países que têm esse reconhecimento de créditos muito desenvolvido e beneficiam muito mais do que nós dos Programas de mobilidade, do Programa Erasmus, dos passaportes

educativos, dos cursos de dimensão europeia, dos cursos inter-países, cursos inter-universidades ou inter-escolas. Estes são os grandes desafios que hoje se colocam. Aprender com a experiência “in vivo”. Aprender com as situações de trabalho, de actividade “in loco”.

A consideração destes nos Programas de formação desestrutura a organização disciplinar muito rígida dos nossos cursos do ensino secundário e do ensino superior, mas introduz, por outro lado, potencialidades e possibilidades de desenvolver competências, de saber estar com os outros, compreender o mundo, de saber intervir, ser capaz de se afirmar e de conhecer novo tipo de formas de ensinar e novas formas de aprender. Esta é outra coisa que julgo ser uma das vertentes daquilo a que se chama hoje a sociedade do conhecimento, a sociedade da informação e a sua relação com a escola.

✕ A sociedade da informação não é a sociedade do conhecimento. Informação não é conhecimento. Informação é a matéria prima através da qual eu construo conhecimento. Não vamos buscar informação apenas à escola, podemos ir buscá-la na Internet, a várias fontes de informação científica e de saberes que estão lá. Temos é de saber raciocinar sobre essa informação para construir conhecimento. Sabemos, hoje, que o conhecimento é o capital, é o investimento maior para a produção de riqueza. É por isso que na economia se fala em empresas do conhecimento.

Ora, a sociedade do conhecimento através da sociedade da informação é, hoje, um dos grandes desafios ao *LifeLong Learning*, contando que nós saibamos e sejamos capazes de utilizar as múltiplas potencialidades das tecnologias da informação e da comunicação. É evidente que ter um computador e ter acesso através da Internet às fontes de informação não é conhecer, muitas vezes é confundir. Há que saber utilizar isso porque temos uma capacidade de raciocinar e de saber mobilizar conhecimentos para um dado problema. Como podem imaginar, isto obriga à modificação completa das metodologias de ensino. Um outro grande desafio que se coloca à Educação.

## 5. Associativismo Juvenil: informação, identidade, responsabilização

Gostava apenas de dizer três coisas sobre o associativismo juvenil. Como tentei explicitar este novo mundo está a exigir uma nova forma dos cidadãos participarem e de construírem novas fórmulas de regulação social, política, jurídica e económica. É um apelo à sociedade civil organizada, é um apelo ao cidadão integrado em organizações e associações, através das quais dão resposta aos problemas, de onde o associativismo juvenil é uma das formas de organização dos cidadãos jovens.

Mas creio que o associativismo juvenil tem também outros objectivos. Para já, é um lugar de identidade. O grande problema que se coloca nestas sociedades que mudam muito depressa é o problema de identidade, o saber responder ao que é que eu sou. Não se já sou homem ou mulher, mas o que é que eu quero ser. É o apelo à construção de uma identidade própria. Antigamente, dizia-se “eu sou médico”, “eu sou engenheiro”; hoje já isto não diz muita coisa. Então se eu disser “eu sou um informático”, o que é quer dizer? O que é um engenheiro de sistemas? Qual é a associação profissional que o identifica? Há uma necessidade absoluta de identidade e, sobretudo na juventude, há uma necessidade absoluta da pessoa descobrir o que é, quais são os seus projectos, quais são as suas capacidades. Hoje é vulgar, por exemplo, começar pela História e acabar em Engenharia, ou começar pela Engenharia e acabar em Relações Públicas. Mas o que é que permanece no meio dessa mudança? Permanece a Pessoa. A pessoa que é capaz de ser e de construir o seu projecto. Penso que o associativismo ajuda imenso à construção da identidade. É um lugar de reflexão e de cidadania. É no associativismo, como vocês aqui estão hoje, que, de certa maneira, desenvolvemos a capacidade de reflexão, de análise. Não é apenas uma reivindicação de direitos e de deveres. Temos que ter presente outra coisa, que é a responsabilidade social.

E a outra coisa é que as associações são espaços de aprendizagem, de aprendizagem das competências sociais, das competências de cidadania, das competências do fazer. Quando vocês organizam uma coisa como

esta, estão a desenvolver imensas competências que depois vos vão sendo úteis noutros contextos. Ponham isto no vosso *Curriculum*, isso é o mais importante neste momento, não a nota que obtêm, mas aquilo que são capazes de fazer. E, sobretudo, as associações são espaços de participação responsável. Há problemas que não são resolvidos pelas pessoas, têm que ser participados por vós, numa participação que seja informada da vossa parte, uma participação responsável. As associações servem, precisamente, para organizar, também, a participação dos jovens na decisão e na construção da sociedade do futuro.

#### **Ana Rita Varela**

Eu queria agradecer aos três convidados. Acho que foi muito importante porque agarraram o problema, aquilo que lhes era pedido, de três formas diferentes. Com certeza foram levantadas muitas questões, que vamos poder levar para os grupos, portanto, pedia que todas as questões que as pessoas tenham, as coloquem nos grupos e as discutam. É exactamente esse o papel dos grupos de trabalho. Agora convidava-vos a fazer uma pequena pausa de 15 minutos, para podermos descansar um bocadinho, para conversar e beber um café.

#### **Jorge Barreto Xavier**

O Doutor Joaquim Coimbra falou há pouco da existência de mais oportunidades e menos emprego, quer especificar?

#### **Doutor Joaquim Coimbra**

A Professora Teresa Ambrósio também se referiu a esta questão. Isto hoje é consensual, vivemos numa sociedade que cada vez tem maior capacidade de produção de bens e serviços e a tendência é satisfazer o universo de necessidades de consumo sem recorrer, àquela população que poderia estar em condições de ser população activa, ou recorrendo a

uma parte minoritária. O que acontecerá no futuro, provavelmente, será qualquer coisa deste género: uma pequena parte da população pode ocupar-se desta tarefa da produção de bens e serviços, o problema está em resolver o dilema que é que não precisam todos de produzir, mas precisam todos de consumir. O problema é de ordem cultural, política e, como a Professora Teresa Ambrósio também enfatizou, é um problema de uma nova forma de organização da sociedade; porque, até numa perspectiva sistémica, se não houvesse outro ponto de ancoragem (prefiro agora não estar a basear-me em valores, nem opções de valor, nem éticas, ideológicas ou políticas) essa minoria que se ocupa das tarefas da produção não sobreviveria se não tivesse um mercado de consumo, se não tivesse a quem vender, se não desse capacidade de compra a essa grande maioria.

O trabalho nunca foi algo de intemporal e de universal na nossa cultura, o trabalho não é um valor essencial, nós temos um conceito muito restrito de trabalho que é o de que o trabalho tem valor económico, valor de troca. Agora, podemos colocar a questão em termos do alargar muito este conceito de trabalho, todos nós precisamos de trabalho, todos nós precisamos de projectos, era nesse sentido que falávamos de projectos individuais e de projectos colectivos. Porque são eles que cada vez mais vão ser o grande factor de coesão social no futuro. Os projectos colectivos não têm que ser trabalho com valor económico, podem ser trabalho de preservação da qualidade de vida, do ambiente, do património cultural ou simbólico, trabalho de criação estética, trabalho de voluntariado, trabalho comunitário de apoio. Tudo isto é trabalho.